



1 Às nove horas do dia quatorze de junho de dois mil e dezesseis, na sede do Tribunal de
2 Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid
3 da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **SÉRGIO LEÃO**; presentes os
4 Conselheiros, **DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA, e ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES**; e o
5 Conselheiro Substituto **SÉRGIO DANTAS**, nos termos da Portaria nº 0586/2016; ausências
6 justificadas dos Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, JOSÉ CARLOS ARAÚJO e CEZAR**
7 **COLARES**; presença da Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do
8 Estado do Pará, **MARIA REGINA CUNHA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de
9 Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do
10 Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Convocado o Conselheiro Substituto,
11 **ALEXANDRE CUNHA** para composição de quorum, nos termos da alínea "c", do inciso III,
12 do Artigo 72 do Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a
13 Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente*
14 *Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça,*
15 *equilíbrio e sabedoria*". Convocado o Conselheiro Substituto, **ALEXANDRE CUNHA**, para
16 apresentar proposta de Decisão, nos termos do inciso II, do Artigo 72 do Regimento Interno
17 desta Corte. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que
18 foram anunciados os processos: **Processo nº 201501441-00; Prefeitura Municipal de**
19 **Magalhães Barata; Tomada de Contas – 2012 – Contas de Governo; Responsável:**
20 **Raimundo Nonato de Lima Braga; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público:**
21 **Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº**
22 **º 33.145, de 10.06.2016.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201501441-00; Prefeitura**
23 **Municipal de Magalhães Barata; Tomada de Contas – 2012 - Contas de Gestão;**
24 **Responsável: Raimundo Nonato de Lima Braga; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério**
25 **Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no**
26 **DOE nº º 33.145, de 10.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
27 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com
28 recolhimento, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A
29 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
30 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade
31 das contas, com recolhimento, aplicação de multa, e encaminhamento de cópia dos autos ao
32 Ministério Público Estadual (Acórdão nº 28.955); pela emissão de Medida Cautelar tornando
33 indisponíveis, durante um ano, os bens do Ordenador, bem como pela inabilitação de
34 exercício de cargo em confiança na Administração Pública pelo período de 5 anos (Acórdão
35 nº 29.138). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 300022012-00;**
36 **Câmara Municipal de Faro; Tomada de Contas – 2012; Responsável: Djalma Pereira**
37 **de Souza; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros;**
38 **Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 33.145, de 10.06.2016.**



Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com devolução atualizada do débito, adoção de Medida Cautelar de indisponibilidade de bens, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 29.123); pela emissão de Medida Cautelar tornando indisponíveis, durante um ano, os bens do Ordenador (Acórdão nº 29.139). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 440022008-00; Câmara Municipal de Marapanim; Prestação de Contas – 2008; Responsável: Fernando Vilhena (período 01.01 a 30.04.2008) e Otávio Nazareno Assis Torres (período de 01.05 a 31.12.2008); Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas (Portaria nº 0586/2016); Publicado no DOE nº 33.145, de 10.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: com aplicação de multas (Acórdão nº 29.124). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto à exclusão da aplicação das multas. **Processo nº 1372132013-00; Fundo Municipal de Saúde de Marituba; Prestação de Contas – 2013; Responsável: Francirley Sampaio Nobre, Milene de Nazaré Pinto Borges e Cláudio do Nascimento Vale; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 33.145, de 10.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 29.124). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 33982006-00; Fundo Municipal de Saúde de Afuá; Prestação de Contas – 2006; Responsável: Raimundo Augusto de Oliveira Chada; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 33.145, de 10.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público retificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas,



77 diante da comprovação da documentação apresentada. A matéria foi colocada **em**
78 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**:
79 O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas. **Por**
80 **maioria**: com aplicação de multa (Acórdão nº 29.126). Presidência do Conselheiro Sérgio
81 Leão. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto à exclusão da aplicação das multas.
82 Ausência, por ocasião da votação do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**
83 **1294012013-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Vitória do Xingu;**
84 **Prestação de Contas - 2013;** Responsável: Joseilda Silva Amaral; Instrução: 3ª
85 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira
86 Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.145, de 10.06.2016.** Retirado de Pauta. **Processo**
87 **nº 223982013-00; Fundo Municipal de Saúde de Capanema; Prestação de Contas**
88 **– 2013;** Responsável: Jacqueline de Miranda Rocha; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério
89 Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no**
90 **DOE nº 33.145, de 10.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
91 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A
92 matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A
93 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade
94 das contas. Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do
95 Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1342382011-00; Instituto de**
96 **Desenvolvimento Urbano de Canaã dos Carajás; Prestação de Contas – 2011;**
97 Responsável: Sebastião Alves de Almeida; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público:
98 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator convocado para apresentar proposta de decisão:
99 Conselheiro Substituto José Alexandre Cunha (Redistribuído do Gabinete do Conselheiro José
100 Carlos Araújo); **Publicado no DOE nº 33.145, de 10.06.2016.** Cumprindo dispositivo
101 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
102 irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público
103 Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Substituto apresentou sua
104 proposta de **Decisão**: *"pela regularidade, com ressalva, das contas do Instituto de*
105 *Desenvolvimento Urbano de Canaã dos Carajás, exercício de 2011, sob a responsabilidade do Sr.*
106 *Sebastião Alves de Almeida, sem prejuízo do recolhimento ao FUMREAP".* **Em votação**: a
107 Conselheira Mara Lúcia pediu VISTA dos autos. Os demais Conselheiros aguardarão o
108 retorno do processo para manifestação. Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo**
109 **nº 1342402012-00; Fundo Municipal de Cultura, Esporte e Lazer de Canaã dos**
110 **Carajás; Tomada de Contas – 2012;** Responsável: Elson Ferreira Gomes; Instrução: 7ª
111 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator convocado para
112 apresentar proposta de decisão: Conselheiro Substituto José Alexandre Cunha (Redistribuído
113 do Gabinete do Conselheiro José Carlos Araújo); **Publicado no DOE nº 33.145, de**
114 **10.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu



115 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com
116 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada
117 **em discussão**. O Conselheiro Substituto apresentou sua proposta de decisão, ratificada
118 pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**,
119 decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multas, com medida
120 acautelatória tornando indisponíveis, durante um ano, os bens do Ordenador, inabilitação de
121 exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública pelo prazo
122 de 5 (cinco) anos (Acórdão nº 29.128). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo**
123 **nº 324112007-00; FUNDEB de Igarapé-Açu; Prestação de Contas – 2007;**
124 **Responsável: João Fialho de Freitas - Secretário Municipal de Educação; Ministério Público:**
125 **Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas (Portaria nº**
126 **0586/2016); Publicado no DOE nº 33.145, de 10.06.2016.** Cumprindo dispositivo
127 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
128 irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público
129 Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**.
130 A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela
131 irregularidade das contas, com recolhimento, e encaminhamento de cópia dos autos ao
132 Ministério Público Estadual. **Por maioria:** com aplicação de multa (Acórdão nº 29.129).
133 Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto à exclusão
134 da aplicação das multas. Ausência, por ocasião da votação do Conselheiro José Carlos
135 Araújo. **Processo nº 442022008-00; Fundo Municipal de Saúde de Marapanim;**
136 **Tomada de Contas – 2008 - Contas de Governo;** Responsável: José Ailton da Silva;
137 Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio
138 Dantas (Portaria nº 0586/2016); Advogado/Contador: Suetônio de Andrade Soares;
139 **Publicado no DOE nº 33.145, de 10.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o
140 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade
141 das contas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria
142 foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
143 proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas,
144 com recolhimento, encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual,
145 medida acautelatória tornando indisponíveis, durante um ano, os bens do Ordenador,
146 inabilitação de exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração
147 Pública pelo prazo de 5 (cinco) anos. **Por maioria:** com aplicação de multa (Acórdão nº
148 29.130). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto à
149 exclusão da aplicação das multas. **Processo nº 442132008-00; Fundo Municipal de**
150 **Educação de Marapanim; Tomada de Contas – 2008 - Contas de Governo;**
151 **Responsável: Antônio Figueiredo de Pinto Júnior; Ministério Público: Procuradora Maria Inez**
152 **Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas (Portaria nº 0586/2016);**



153 Advogado/Contador: Contador Suetônio de Andrade Soares; **Publicado no DOE nº**
154 **33.145, de 10.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
155 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o
156 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada
157 **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a
158 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela irregularidade das contas, com
159 recolhimento, encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, medida
160 acautelatória tornando indisponíveis, durante um ano, os bens do Ordenador, e inabilitação
161 para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública pelo
162 prazo de 5 (cinco) anos. **Por maioria:** com aplicação de multa (Acórdão nº 29.131).
163 Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto à exclusão
164 da aplicação das multas. **Processo nº 201505018-00; Prefeitura Municipal de**
165 **Palestina do Pará; Recurso Ordinário** contra a decisão da Resolução nº 11.715, de
166 20.01.15; Responsável: Valciney Ferreira Gomes; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério
167 Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado**
168 **no DOE nº 33.145, de 10.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
169 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e
170 provimento parcial do Recurso, com a reforma da decisão para a retirada das falhas sanadas,
171 mas mantendo a emissão de parecer prévio pela não aprovação das contas. A matéria foi
172 colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** "*tomo conhecimento do*
173 *Recurso, e no mérito dou-lhe provimento parcial para modificar o teor da Resolução nº 11.715 de*
174 *20/01/2015*". **Em votação:** a Conselheira Mara Lúcia pediu VISTA dos autos. Os demais
175 Conselheiros aguardarão o retorno do processo para manifestação. Presidência do
176 Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201119124-00; Prefeitura Municipal de São**
177 **Francisco do Pará; Recurso Ordinário** contra a decisão da Resolução nº 10.147/2011;
178 Responsável: Roberto Adail Paes Rodrigues; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público:
179 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº**
180 **33.145, de 10.06.2016.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201603444-00; Câmara**
181 **Municipal de Gurupá; Recurso Ordinário** contra a decisão do Acórdão nº 26.810, de
182 26.05.15; Responsável: Antônio Adalto Nunes dos Santos; Instrução: 4ª Controladoria;
183 Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antônio
184 José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.145, de 10.06.2016.** Retirado de Pauta.
185 **Processo nº 201603861-00; Câmara Municipal de São Domingos do Capim;**
186 **Pedido de Revisão** da decisão do Acórdão nº 24.834, de 27.03.14; Responsável: Pedro
187 Oliveira da Silva; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina
188 Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.145, de**
189 **10.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
190 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento do Pedido, com



191 a reforma da decisão pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O
192 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à
193 **unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento do pedido, com a reforma da
194 decisão pela regularidade das contas (Acórdão nº 29.132). Presidência do Conselheiro Sérgio
195 Leão. **Processo nº 290022009-00; Pedido de Revisão** contra a decisão contida no
196 **Acórdão nº 27.3015/2015 (Juízo de Admissibilidade com efeito suspensivo);**
197 **Responsável: Joaquim Ribeiro da Luz; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame**
198 **da Silva; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas (Portaria nº 0586/2016). Publicado**
199 **no DOE nº 33.145, de 10.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro
200 Substituto Sérgio Dantas submeteu ao Plenário preliminar de efeito suspensivo ao Pedido,
201 nos termos do § único do Art. 271 do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A
202 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu homologar o efeito
203 suspensivo ao Pedido de Revisão interposto (Resolução nº 12.602) Presidência do
204 Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 1402012010-00; Fundo Municipal de**
205 **Assistência Social de Placas; Pedido de Revisão** contra a decisão contida no Acórdão
206 nº 27.315/2015; Responsável: Leila Raquel Possimor Brandão; Instrução: 6ª Controladoria;
207 Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro
208 Substituto Sérgio Dantas (Portaria nº 0586/2016); **Publicado no DOE nº 33.145, de**
209 **10.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
210 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do
211 Pedido, com a modificação da decisão pela regularidade das contas, com ressalva. A matéria
212 foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
213 proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e
214 provimento parcial do Pedido, com a modificação da decisão pela regularidade das contas,
215 com ressalva, a exclusão da multa com relação a ausência dos documentos nos processos
216 licitatórios, e a manutenção da multa pela inobservância do Artº 50, II da LRF (Acórdão nº
217 29.133). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201510736-00;**
218 **Prefeitura Municipal - Secretaria da Fazenda de Parauapebas; Contratos**
219 **Temporários – 2015; Interessada: Maria Mendes da Silva; Ministério Público: Procuradora**
220 **Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; Publicado no DOE nº**
221 **33.145, de 10.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
222 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro dos Contratos
223 Temporários. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
224 **VOTO**: "*voto no mesmo sentido do Órgão Técnico e Ministério Público, negando registro aos 23*
225 *(vinte e três) Contratos Temporários firmados com Adalberto Rodrigues dos Santos Silva e outros,*
226 *pactuados com Prefeitura Municipal de Parauapebas*". **Em votação**: o Conselheiro Sérgio Leão e
227 os Conselheiros Substitutos, Alexandre Cunha e Sérgio Dantas, acompanharam o Relator, na
228 íntegra. A Conselheira Mara Lúcia divergiu do Relator e votou pelo registro dos Contratos



229 Temporários. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **por maioria**, decidiu pela
230 negativa de registro dos Contratos Temporários (Acórdão nº 29.134). Presidência do
231 Conselheiro Sérgio Leão. Vencida a Conselheira Mara Lúcia que votou pelo registro dos
232 Contratos Temporários. Ausência, por ocasião da votação, dos Conselheiros, Daniel Lavareda
233 e Antônio José Guimarães. **Processo nº 201506515-00; Fundo Municipal de Saúde de**
234 **Alenquer; Contratos Temporários** nº's 005, 006, 010, 012, 017, 018, 020, 024, 025, 027,
235 028, e 039, firmado com Jeferson Marinho Filgueiras e outros; Interessado: Makell Anderson
236 Monte de Melo – Secretário Municipal de Saúde; Ministério Público: Procuradora Geral
237 Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas (Portaria nº
238 0586/2016); **Publicado no DOE nº 33.145, de 10.06.2016.** Cumprindo dispositivo
239 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
240 negativa de registro dos Contratos. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
241 Relator proferiu seu **VOTO**: "*pelo não registro dos Contratos Temporários n.ºs 005, 006, 010, 012,*
242 *017, 018, 020, 024, 025, 027, 028 e 039/2015, firmados entre o Fundo Municipal de Saúde de*
243 *Alenquer e Jeferson Marinho Filgueiras e outros, para exercerem as funções de Vigia, Auxiliar de*
244 *Serviços Gerais, Assistente Administrativo, Agente de Combate e Controle de Endemias e Auxiliar*
245 *Administrativo, por não atenderem as disposições do art. 37, II IX, da Constituição Federal".* **Em**
246 **votação**: a Conselheira Mara Lúcia divergiu do Relator e votou pelo registro de todos os
247 Contratos Temporários, no que foi acompanhada pelos Conselheiros, Antonio José Guimarães
248 e Sérgio Leão. Os Conselheiros, José Carlos Araújo e Daniel Lavareda, acompanharam o
249 Relator pela negativa de registro dos Contratos Temporários. A Presidência proclamou a
250 **Decisão**: O Plenário, **por maioria**, decidiu pelo registro dos Contratos Temporários
251 (Acórdão nº 29.135). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Com voto de desempate da
252 Presidência. Vencidos os Conselheiros, José Carlos Araújo e Daniel Lavareda, e o Conselheiro
253 Substituto Sérgio Dantas. **Processo nº 201506529-00; Fundo Municipal de Saúde de**
254 **Alenquer; Contratos Temporários** nº's 15, 19, 21, 22, 31, 33, 35, 36, 38, 41, e 44/2015,
255 firmados com Floriano de Sousa e outros; Interessado: Makell Anderson Monte de Melo –
256 Secretário Municipal de Saúde; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da
257 Silva; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas (Portaria nº 0586/2016); **Publicado no**
258 **DOE nº 33.145, de 10.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
259 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro dos Atos. A
260 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela*
261 *negativa de registro dos Contratos*". **Em votação**: a Conselheira Mara Lúcia divergiu do
262 Relator e votou pelo registro dos Contratos Temporários, no que foi acompanhada pelos
263 Conselheiros, Antônio José Guimarães e Sérgio Leão. Os Conselheiros, José Carlos Araújo e
264 Daniel Lavareda, acompanharam o Relator, na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão**:
265 O Plenário, **por maioria**, decidiu pelo registro dos Contratos Temporários (Acórdão nº
266 29.136). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Com voto de desempate da Presidência.



267 Vencidos os Conselheiros, José Carlos Araújo e Daniel Lavareda, e o Conselheiro Substituto
268 Sérgio Dantas. **Processo nº 201508417-00; Fundo Municipal de Saúde de Alenquer;**
269 **Contratos Temporários** nº's 47, 48, 49, 54, 56, 60, 61, e 62/2015, firmados com Osvaldo
270 da Silva Figueiredo e outros; Interessado: Makell Anderson Monte de Melo – Secretário
271 Municipal de Saúde; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator:
272 Conselheiro Substituto Sérgio Dantas (Portaria nº 0586/2016); **Publicado no DOE nº**
273 **33.145, de 10.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
274 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro dos Atos. A matéria
275 foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pelo registro do*
276 *Contrato nº 47, e pela negativa de registro dos demais Contratos*". **Em votação**: a Conselheira
277 Mara Lúcia divergiu do Relator e votou pelo registro de todos os Contratos Temporários, no
278 que foi acompanhada pelos Conselheiros, Antônio José Guimarães e Sérgio Leão. Os
279 Conselheiros, José Carlos Araújo e Daniel Lavareda, acompanharam o Relator, na íntegra. A
280 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do
281 Contrato nº 47 e, **por maioria**, pelo registro dos demais Contratos (Acórdão nº 29.136).
282 Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Com voto de desempate da Presidência. Vencidos os
283 Conselheiros, José Carlos Araújo e Daniel Lavareda, e o Conselheiro Substituto Sérgio
284 Dantas. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**: - apreciação do Regimento Interno da
285 Corregedoria. O Conselheiro Sérgio Leão pediu a palavra e consultou o Plenário acerca da
286 possibilidade de apreciação do Regimento Interno da Corregedoria. O Conselheiro José
287 Carlos solicitou o adiamento da avaliação para a próxima Sessão. Por fim, o Conselheiro
288 Sérgio Leão comunicou a realização do encontro em Altamira, "Gestão Responsável em
289 Último Ano de Mandato, com palestras e oficinas para Prefeitos, vice-Prefeitos, Presidentes
290 de Câmaras Municipais, Vereadores, Controladores internos e demais Agentes Públicos e
291 Profissionais envolvidos com a temática. Participam do evento os Municípios de Altamira,
292 Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará
293 e Vitória do Xingu. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS**
294 **e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às onze horas
295 e vinte e cinco minutos da qual foi lavrada a presente Ata. Secretaria Geral do Tribunal de
296 Contas dos Municípios do Estado do Pará, em quatorze de junho de dois mil e dezesseis.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral

Conselheiro Vice Presidente **Sérgio Leão**
Presidente da Sessão

Conselheiro Corregedor **Daniel Lavareda**
Presidente da Sessão